

RELATÓRIO DE REVISÃO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

RELATÓRIO DE REVISÃO DE INFORMAÇÕES INTERMEDIÁRIAS

Aos

Conselhos Administrativo e Fiscal da

COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ

Introdução

Revisamos o Balanço Patrimonial do **COMPANHIA DOCAS DO RIO DE JANEIRO – CDRJ** em 30 de junho de 2019, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo o resumo das práticas contábeis significativas e demais notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração e apresentação adequada dessas informações intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão. Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva

Contas a receber de partes relacionadas

A companhia possui contabilizado em contas a receber de partes relacionadas, no ativo não circulante, o montante de R\$ 293,215 milhões. Este valor tem origem em um aumento de capital realizado pelo acionista controlador, para fazer frente a obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) que por fim não foram realizadas. Por solicitação, a administração da companhia fez devolver esse valor ao acionista controlador, que teve sua contra-partida contabilizada indevidamente em

contas a receber, quando deveria ter sido baixado do capital social do acionista controlador. Conseqüentemente o ativo e o patrimônio líquido da companhia estão superavaliados em R\$ 293,215 milhões.

Estudos anuais sobre vida útil de imobilizados e intangíveis

Anteriormente, as práticas contábeis adotadas no Brasil consideravam como aceitáveis as taxas de depreciação fiscais a serem utilizadas para fins contábeis. Com o advento da Lei 11.638/07 e a emissão do pronunciamento técnico contábil CPC 27 - Ativo Imobilizado, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, e sua interpretação ICPC 10 e pronunciamento técnico contábil CPC 04 - R3 - ativos intangíveis, as empresas foram requeridas a calcular e registrar a depreciação e amortização de acordo com a expectativa de vida útil dos ativos imobilizados e intangível, sendo que os efeitos dessa revisão de vida útil deveriam ter sido ajustados de forma prospectiva a partir de 01 de janeiro de 2010. Contudo, a administração não determinou as análises para determinação da vida útil dos ativos imobilizados e intangível, e a verificação dos possíveis impactos decorrentes da aplicação desse procedimento contábil referente a rubrica "Imobilizados". Conseqüentemente, não foi possível satisfazer-mo-nos, por meio de outros procedimentos de auditoria, caso a companhia tivesse revisado a vida útil de seus ativos imobilizados e intangíveis, dos eventuais efeitos, sobre o saldo de depreciação acumulada e amortização acumulada registrados no ativo não circulante.

Teste de recuperabilidade sobre os ativos (teste de impairment)

A Administração da companhia não efetuou o teste de recuperabilidade dos valores registrados no imobilizado e intangível (teste de impairment), descrito no CPC 27, com o objetivo de assegurar que os citados ativos não estejam registrados por valores superiores àqueles passíveis de serem recuperados no tempo pelo uso nas operações da companhia ou pela sua venda. Conseqüentemente não foi possível mensurar os efeitos da não adoção do CPC 27 e ICPC 10 no resultado do exercício e no patrimônio líquido.

Cálculo atuarial e valores a pagar - PORTUS

Conforme nota explicativa nº 15, a companhia é patrocinadora de plano de suplementação de aposentadoria e outros benefícios de risco a funcionários, através dos PORTUS - Instituto de Seguridade Social, entidade fechada de previdência privada. A responsabilidade da companhia, incluindo o déficit atuarial conforme cálculo efetuado por empresa contratada pelos PORTUS, é de R\$ 701,611 milhões em 31/12/2018 (R\$ 954,493 milhões em 2017). Os valores reconhecidos pela

companhia montam R\$ 631,625 milhões em 30/06/2019 (R\$ 582,969 milhões em 31/12/2018). A discussão está judicializada. Conseqüentemente, as demonstrações contábeis encerradas em 30 de junho de 2019 encontram-se em desacordo com os critérios requeridos na NBC TG 33 (R2), que trata do reconhecimento dos Benefícios a Empregados.

Conclusão com ressalva

Com base em nossa revisão, com exceção do assunto descrito no parágrafo anterior, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações intermediárias não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da entidade, em 30 de junho de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Campinas/SP, 4 de setembro de 2019

ROBERTO ARAÚJO DE SOUZA

CTCRC1SP242826/O-3 "S" RJ

Sócio Responsável